



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GUILHERME GOMES DE PAULA

**DA TEORIA MARXISTA À PRÁTICA EXTENSIONISTA: A ANÁLISE DE
CONTEÚDO DO OBSERVATÓRIO ECONÔMICO DO PROGEB**

JOÃO PESSOA

2025

GUILHERME GOMES DE PAULA

**DA TEORIA MARXISTA À PRÁTICA EXTENSIONISTA: A ANÁLISE DE
CONTEÚDO DO OBSERVATÓRIO ECONÔMICO DO PROGEB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida

JOÃO PESSOA

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P324t Paula, Guilherme Gomes de.

Da teoria marxista à prática extensionista: a análise de conteúdo do Observatório Econômico do PROGEB / Guilherme Gomes de Paula. - João Pessoa, 2025.
41 f. : il.

Orientação: Lucas Milanez de Lima Almeida.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Extensão. 2. Análise de conteúdo. 3. Ciclos econômicos. 4. Marxismo nas relações internacionais. I. Almeida, Lucas Milanez de Lima. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

GUILHERME GOMES DE PAULA

**DA TEORIA MARXISTA À PRÁTICA EXTENSIONISTA: A ANÁLISE DE
CONTEÚDO DO OBSERVATÓRIO ECONÔMICO DO PROGEB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 23 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 LUCAS MILANEZ DE LIMA ALMEIDA
Data: 23/04/2025 12:17:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 ROSANGELA PALHANO RAMALHO
Data: 23/04/2025 13:04:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Rosângela Palhano Ramalho
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 MOJANA VARGAS CORREIA DA SILVA
Data: 23/04/2025 14:27:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Mojana Vargas Correia da Silva
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

RESUMO

A disciplina de Relações Internacionais (RI) no Brasil tem mantido, desde sua origem, um distanciamento significativo em relação às teorias marxistas. Diante desse cenário, o Projeto Globalização e Crise na Economia Brasileira (PROGEB), vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), destaca-se por sua atuação interdisciplinar entre Economia e RI, fundamentada na teoria marxista, e desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão há mais de 22 anos. Nesse contexto, o Observatório Econômico surge como um instrumento de extensão que aplica a análise de conteúdo para interpretar fenômenos da economia política, articulando teoria e prática. Este artigo tem como objetivo geral apresentar o método de análise de conteúdo utilizado pelo Observatório Econômico, destacando sua fundamentação teórica marxista. Para isso, foi apresentado o referencial teórico da extensão, a teoria marxista dos ciclos econômicos (Ribeiro, 2008) em seguida comparou a ação da extensão com a sistematização da análise de conteúdo propostas por Bardin (1979) e Franco (2005). A metodologia deste artigo envolve revisão bibliográfica da presença do marxismo nas RI, detalhamento da dinâmica interna do PROGEB e de sua extensão, para apresentar o modelo de análise de conteúdo do Observatório como potencial forma de atuação teórico-prática nas ciências sociais, a qual utiliza teoria marxista. Este trabalho também serve como material formativo aos novos ingressantes do projeto.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Extensão; 2. Análise de conteúdo; 3. Ciclos econômicos 4. Marxismo nas relações internacionais

ABSTRACT

Since its emergence, the field of International Relations (IR) in Brazil has maintained a significant distance from Marxist theories. In this context, the Globalization and Crisis in the Brazilian Economy Project (PROGEB), affiliated with the Federal University of Paraiba (UFPB), stands out for its interdisciplinary work bridging Economics and IR, grounded in Marxist theory. For over 22 years, PROGEB has carried out teaching, research, and extension activities, fostering critical perspectives on political economy. Within this framework, the Economic Observatory emerges as an extension tool that employs content analysis to interpret political-economic phenomena, connecting theory and practice. This article aims to present the content analysis method used by the Economic Observatory, emphasizing its Marxist theoretical foundations. To this end, it introduces the project's theoretical framework—particularly Ribeiro's (2008) Marxist theory of economic cycles—and then compares the extension's approach with the systematization of content analysis proposed by Bardin (1979) and Franco (2005). The methodology of this article involves a literature review on the presence (or absence) of Marxism in Brazilian IR, an examination of PROGEB's internal dynamics and extension activities, and a presentation of the Observatory's content analysis model as a potential form of theoretical-practical engagement in the social sciences—one rooted in Marxist theory. Additionally, this work serves as training material for new members of the project.

KEY-WORDS: 1. University Extension; 2. Content Analysis; 3. Economic Cycles; 4. Marxism in International Relations

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	METODOLOGIA	9
3	TEORIAS EMPREGUES	10
3.1.	Teoria dos ciclos econômicos	10
3.2.	Etapas do ciclo econômico	15
3.3.	Análise de Conteúdo	21
4	O PROGEB: ESTRUTURA	23
5	DA TEORIA PARA A PRÁTICA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO DO OBSERVATÓRIO	27
5.1.	Formação prévia para Observatório Econômico	28
5.2.	Coleta de notícias	30
5.3.	Análise crítica do GAC	32
5.4.	Produção e divulgação de material	33
6	CONCLUSÃO	35
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

O pensamento marxista foi evitado na disciplina de Relações Internacionais (RI) desde a origem desta ciência social, no século XX, em universidades britânicas e estadunidenses. A aversão criada utilizou dos mais diversos argumentos para negar o marxismo. A alegação é de que o pensamento marxista não poderia agregar em nada a este campo, uma vez que Karl Marx não sintetizou uma teoria sobre Estado nem sobre as relações internacionais e que as teorias marxistas reduziam os fenômenos políticos a um mero caráter economicista com perspectivas eurocêntricas que não contemplariam a periferia do Sistema Internacional (Bugiato, 2021). O pensador internacionalista Robert Gilpin, em seu livro “A Economia Política Internacional”, chegou a afirmar que “o marxismo tem sérios defeitos como teoria da política econômica” (2002, p. 72). Posteriormente, durante o século XX, a associação do marxismo com a União Soviética e a posterior derrocada do bloco socialista no mundo foram outros argumentos que distanciaram as relações internacionais do marxismo (Vigevani; Martins; Miklos; Rodrigues, 2011; Bugiato, 2021).

Contrariando as falsas premissas contra o marxismo, Ferreira (2018), Fernandes (2021) e Osório (2021) demonstram como Marx e Engels, de forma incipiente, já se atentavam ao aspecto internacional, seja na consolidação de um mercado mundial, no dinheiro mundial ou na expansão do capital sob as nações. De antemão, Ferreira (2018) reitera a existência da temática internacional por meio da intensa correspondência entre os dois intelectuais do século XIX. Afora isso, a obra Manifesto do Partido Comunista anuncia a futura dinâmica de desenvolvimento desigual e dependente no sistema capitalista, o qual estabelecia uma “interdependência das nações” (Engels; Marx, 1998, p. 44).

Enquanto eram marginalizados na disciplina das RI, intelectuais marxistas debateram de forma densa as dinâmicas internacionais. Dentre as contribuições dadas, há o conceito de imperialismo de Lenin (Osório, 2021), além de reflexões oriundas do Luxemburgo e Kautsky (Ferreira; Mello, 2019; Osório, 2021; Sá, 2018). Como consequência do isolamento dos debates dos comunistas, as teorias oficiais - Liberalismo, Realismo - projetaram as ideias no campo de RI sem incluírem as relações implícitas de exploração e dominação no mundo liberal (Schutte, 2019). Gonçalves e Monteiro (2015) estendem também essa crítica ao Construtivismo. Além

de agirem em defesa do *status quo*, o *mainstream* de RI tem mantido a perspectiva ocidental anglo-saxônica sobre o campo das relações internacionais. (Gonçalves; Monteiro, 2015; Osório, 2021; Mendes, 2019; Ferreira; Mello, 2022; Bugiato, 2021; Hoffman; 1991). Como consequência, o desenvolvimento da disciplina ocorreu sob a ausência do marxismo.

Somente a partir de 1970, o pensamento marxista começa a adentrar, de modo tardio e tímido, na disciplina, através da constituição da Economia Política Internacional. Por um lado, a Escola Gramsciana de Relações Internacionais, liderada por Robert Cox, produziu análises com uso sistêmico de Gramsci; do outro lado, os debates latino-americanos permitiram reflexões embasadas ou influenciadas no aparato teórico marxista (Ferreira; Mello, 2022). As discussões oriundas de outras ciências, especialmente das Ciências Sociais e da Economia, adentraram ao campo das relações internacionais com temas como: capitalismo na periferia, desenvolvimento, industrialização e economias dependentes na Divisão Internacional do Trabalho, desenvolvimento da burguesia (Bugiato; Ferreira; Mello, 2022).

Na América Latina, a influência do pensamento marxista no contexto sociopolítico da região permitiu que o marxismo adentrasse a academia. Dos autores marxistas ou influenciados por Marx, cita-se Florestan Fernandes, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Octávio Ianni e Ruy Mauro Marini, os quais foram incluídos na teoria política econômica e em debates sobre o desenvolvimento desigual no capitalismo, a teoria marxista da dependência (Bugiato, 2019). No Brasil, os primeiros cursos de graduação e pós-graduação mantiveram a réplica da visão ocidental, majoritariamente anglo-saxã, à disciplina, prejudicando perspectivas regionais e nacionais (Gonçalves; Monteiro, 2015; Ferreira; Mello, 2019). Os manuais dos cursos de RI reproduziram as compreensões marxistas advindas das produções anglo-saxônicas, removendo todo potencial do acúmulo de 200 anos de marxismo (Ferreira; Mello, 2019). Os avanços do marxismo têm se dado de maneira restrita em temas como Estado, Imperialismo e Dependência, pouco se abordando outros temas, como a teoria dos ciclos econômicos nas relações internacionais.

Deste modo, o debate acadêmico entre marxismo e relações internacionais ocorre não espaços exclusivos ao campo internacional, mas sim em ambientes interdisciplinares, cita-se como exemplo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo da Universidade Federal da Fluminense (NIEP-Marx/

UFF) e Centro de Estudos Marxistas. Dentro da Paraíba, na Universidade Federal da Paraíba, o Projeto Globalização e Crise na Economia Brasileira (PROGEB) tem realizado atividades de teoria-prática de forma interdisciplinar, no campo das relações internacionais e da economia. Por meio de sua extensão, o Observatório Econômico: explicando a economia, o grupo busca compreender a conjuntura da economia brasileira, entendendo-a como parte, periférica, da economia capitalista mundial. Fundamentado na crítica marxista da economia política, em especial na teoria dos ciclos econômicos, no Observatório são apresentados, discutidos e analisados fenômenos da economia política, tanto nacionais como internacionais (Ramalho, 2024).

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo geral expor o método de análise de conteúdo das notícias de economia política sob o viés da teoria marxista, a teoria dos ciclos econômicos, baseado na experiência prática do Observatório Econômico do PROGEB. Deste modo, como objetivos específicos busca, por um lado, sistematizar os elementos chave da análise, tanto teóricos quanto práticos, os quais permitem a execução da análise, e por outro, demonstrar as etapas de execução das atividades do Observatório e como se relacionam com as demais estruturas do PROGEB. O modelo de análise do Observatório pode contribuir ao campo das relações internacionais no Brasil, ao pensar em análise da economia nacional como periférica e inserida no sistema internacional capitalista. Em outras palavras, um exercício de análise a qual reconheça tanto elementos internos quanto externos no processo de desenvolvimento econômico.

Este artigo tecnológico tem a intenção de acrescentar mais uma perspectiva à atividade prática-teórica de abordagem marxista dentro do campo das relações internacionais. Assim, justifica-se este trabalho pela ausência de abordagens no campo de RI, em especial das que tratem da teoria dos ciclos econômicos. O presente texto também servirá como material formativo para os novos ingressantes no PROGEB e no Observatório Econômico, e tem o caráter inédito de sistematizar todas as atividades do PROGEB.

O modelo de análise de conteúdo do Observatório Econômico serve como exemplo da unificação da teoria-prática e análise crítica marxista para compreensão da realidade. Análise de conteúdo do Observatório, como ação prática da extensão, foi estabelecida por meio da articulação de uma formação teórica consistente, essa advinda do ensino, e da permanente

crítica oriundos de novos acúmulos, produzidos na pesquisa, em um processo interdisciplinar. A própria segmentação interna do PROGEB busca uma divisão do trabalho acadêmico de modo que cada grupo interno tenha um foco maior em cada um dos elementos do tripé acadêmico. Por conta da Resolução n. 07 de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação (Ministério da Educação, p. 49), a curricularização da extensão é exigida nos cursos de graduação e a experiência do PROGEB expõe uma possibilidade da unificação do tripé acadêmico ensino-pesquisa-extensão, expondo um possível modelo para academia, especialmente as ciências sociais.

O presente artigo está estruturado em introdução, metodologia, teorias empregues, o PROGEB: estrutura, da teoria crítica para prática de análise de conteúdo do Observatório, conclusão e referências.

2 METODOLOGIA

Este artigo tem caráter expositivo e descritivo da atividade de análise de conteúdo do Observatório Econômico. O conteúdo deste trabalho inicia no debate entre o vínculo da disciplina de relações internacionais e o marxismo. Além disso, busca apresentar a teoria marxiana dos ciclos, junto de suas concepções sobre a economia mundial, utilizado no Observatório Econômico. Deste modo, há interligação entre debate dos ciclos econômicos, originário da economia, e sistema internacional, creditado às relações internacionais.

Quanto a análise de conteúdo, o artigo expõe os elementos básicos da comunicação, esses elementos são utilizados para realizar inferências. No caso do Observatório Econômico as inferências emanam das notícias de economia política. Outra contribuição da análise de conteúdo é sua operacionalização do processo de análise em três etapas. Neste artigo, o exercício prático de análise de conteúdo do Observatório foi enquadrado conforme essas etapas.

De maneira adicional, é importante antecipar que além das etapas tradicionais de análise de conteúdo, o PROGEB possui dois momentos extras inseridos no processo de análise: o momento de formação prévia e o momento de produção e de divulgação do material. Esses momentos adicionais são necessários para contextualizar a prática da extensão, Observatório Econômico, dentro da estrutura do PROGEB. Assim, busca-se mostrar a execução da análise

de conteúdo, como instrumento, dentro de um projeto de extensão das áreas de relações internacionais e economia.

Como primeira etapa, foi feito levantamento bibliográfico sobre a abordagem marxista na disciplina de relações internacionais. Para análise de conteúdo, foi feita revisão bibliográfica sobre sua metodologia e etapas para exercício.

Quanto ao funcionamento do PROGEB, foram recuperados materiais, especialmente aqueles oriundos da fundação da extensão, em 2009, os quais descrevessem as atividades, dinâmicas e relatórios referentes à estruturação da extensão e as concepções teóricas utilizadas. Nos 22 anos de existência do PROGEB, houve um acúmulo de materiais disponibilizados – análises, textos, livros, slides, vídeos, relatórios, entrevistas gravadas e atas. Soma-se aos trabalhos citados, a experiência prática como voluntário, extensionista e bolsista dos últimos anos.

3 TEORIAS EMPREGUES

3.1. Teoria dos ciclos econômicos

Diferente de outros modos de produção, o Capitalismo apresenta alternância entre momentos menor e maior intensidade no crescimento, como reflexo da superprodução que cria periodicamente (Almeida; Almeida Júnior, 2022; Ribeiro, 2002a; Marx, 1890; Osório, 2012). Em modos de produção antigos, as crises ocorriam por escassez. Ainda que esse tipo de crise ainda possa se manifestar no capitalismo em setores, nichos e espaços, de forma parcial e setorial, a crise de superprodução é aquela que, como regra, caracteriza o capitalismo (Ribeiro, 2002a). Na literatura marxista, é possível verificar também que o termo “crise” é utilizado tanto para se referir ao ciclo como um todo, como para uma fase específica do ciclo (Ribeiro, 2002c). Neste artigo, o termo “crise” será utilizado para uma fase específica do ciclo econômico.

No capitalismo, além da generalização da produção mercantil, acontece a ampliação de mercado e integração crescente de diferentes tipos de consumidores, o que, simultaneamente, desenvolve mecanismos para que haja impedimentos ao consumo (Ribeiro, 2008). Como resultado destas forças, há o aumento relativo da oferta de mercadorias sobre a procura, gerando a superprodução (Silva, 2002; Ribeiro, 2008). Essas forças não somente estimulam o

capitalismo, como também causam acumulação e reprodução do capital (Ribeiro, 2008). Deste modo, a superprodução é inerente ao capitalismo e será uma lei sua enquanto este sistema existir (Ribeiro, 2008).

Segundo Marx (1980), criam-se condições para a reprodução da superabundância de mercadorias, ao mesmo tempo em que há capitalistas insolventes e trabalhadores desprovidos de tudo, estando na indigência. Como consequência, dentro do capitalismo, segundo Ribeiro (2008), não há incompatibilidade entre superprodução e potenciais consumidores insatisfeitos. Pelo contrário, segundo Ribeiro (2008) a superprodução coexiste com o crescimento da fome, da miséria e do desemprego.

A origem da mercadoria e do capital remontam ao fato de que, no capitalismo, a produção tem caráter social, contudo, a apropriação da riqueza tem caráter privado (Ribeiro, 2008). Marx (1894) aponta que o limite da produção capitalista está no próprio capital, sendo esse tanto o ponto de partida como sua meta. O autor acrescenta que “a taxa de lucro é a força propulsora da produção capitalista, e só se produz o que se pode e quando se pode produzir com lucro” (Marx, 1894, p. 297). Em outras palavras, a produção de mercadoria ocorre para produção de lucro, ainda que o trabalho seja social, a mais-valia é cooptada de maneira privada, estimulando o aumento da produção de mercadorias e discrepâncias entre consumo e produção. Como consequência, no capitalismo, busca-se ampliar as condições de exploração de mais-valia, ao passo que se restringem as condições de sua realização (Almeida, 2020). Para Marx:

As condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no tempo e no espaço, mas também conceitualmente. Umhas estão limitadas pela força produtiva da sociedade, outras pela proporcionalidade dos diferentes ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Esta última não é, porém, determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo; mas pela capacidade de consumo com base nas relações antagônicas de distribuição que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só modificável dentro de limites mais ou menos estreitos. Além disso, ela está limitada pelo impulso à acumulação, pelo impulso à ampliação do capital e à produção de mais-valia em escala mais ampla. Isso é lei para a produção capitalista [...]. Por isso, o mercado precisa ser constantemente ampliado [...]. A contradição interna procura compensar-se pela expansão do campo externo da produção. Quanto mais, porém, se desenvolve a força produtiva, tanto mais ela entra em conflito com a estreita base sobre a qual repousam as relações de consumo. (MARX, 1894, p. 185).

Em outros termos, há diferenças nas condições de exploração de mais-valia não só no espaço e tempo, como também a exploração e realização da produção capitalista (Ribeiro, 2008). A exploração de mais valia é limitada por outros elementos, como características das forças produtivas e capacidade de consumo das sociedades (Ribeiro, 2008).

Nesse contexto, quando a superprodução se concretiza na economia, gera um processo de desorganização na produção social, manifestando a crise (Ribeiro, 2002a, 2008). No transcorrer da desorganização produtiva, há queda da atividade econômica e, em última instância, a crise resulta que o potencial do trabalho humano materializado na mercadoria não seja consumido (Ribeiro, 2008). Como consequência, a crise econômica gera repercussões na sociedade e na forma de outras crises, como, por exemplo, a social (Ribeiro; Mendonça, 1986). O Observatório utiliza o conceito de crise em âmbito econômico para suas atividades de extensão, ou seja, a ideia de crise de superprodução.

A produção das mercadorias e do capital causam variações na economia, ditando a periodicidade da crise, já os ciclos econômicos são resultantes da dinâmica geradora da superprodução (Ribeiro, 2002b). Durante suas ondulações, o ciclo de reprodução do capital apresenta fases distintas intituladas: crise, depressão, reanimação e auge (Ribeiro, 2002b, Silva, 2002). No decorrer da história, por distintas motivações, economistas de diferentes linhas teóricas chamaram o ciclo das mais diversas formas: *business cycle*, flutuações, ciclo econômico, Ciclo de Juglar ¹(Ribeiro, 2002c).

Marx, em seus trabalhos, já apontava a existência de crise no capitalismo. Contudo, por muito tempo, esse fenômeno foi negado por economistas como James Mill, Le Trosne e Josiah Tucker sob a alegação que não era possível um desequilíbrio entre oferta e demanda (Ribeiro, 2002c). O caso mais notório foi o do economista Jean-Baptiste Say, que apresentou semelhante proposição, sendo erroneamente conhecido como criador da ideia de impossibilidade de desequilíbrios entre oferta e demanda, a Lei de Say (Ribeiro, 2002c). Mesmo que em carta de Say à Malthus o primeiro tenha reconhecido o erro das suas premissas sobre equilíbrio da oferta e demanda, economistas subsequentes defenderam pensamento alinhado à Lei de Say, ao

¹ O termo Ciclo de Juglar é em homenagem a Clement Juglar, o primeiro autor a constatar o ciclo decenal estatisticamente.

alegarem que toda demanda possui sua oferta e ruma ao equilíbrio, ignorando os trabalhos de Marx e negando as crises reais e sua ciclicidade (Ribeiro, 2002c; Almeida; Almeida Júnior, 2022).

Nesse entremeio, a partir da eclosão da crise em 1820, os desequilíbrios econômicos não só passaram a ocorrer com certa regularidade como também se espalharam para outras nações. O *mainstream* da época apontava o fenômeno como inexistente, enquanto Marx verificava que o fenômeno da crise, a princípio, manifestou-se na Inglaterra, generalizando-se de modo que, em 1825, abarcou toda a produção desse país (Ribeiro, 2002b). Inicialmente, a crise despontou em setores isolados do país, estendendo-se para sua economia como um todo, até se alastrar para outras economias. Assim, a crise sincronizou-se com outros Estados-nação: Estados Unidos, França; em 1857, toda a Europa já era atingida pela crise, e, em 1866, todos os países capitalistas manifestaram a crise. Desta data em diante, o fenômeno passou a ser mundial, indicando a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, com destaque para a violenta crise de 1873 (Ribeiro, 2002b). Por fim, segundo Lênin (2011), a crise do final do século XIX marca o fim da transição para o capitalismo monopolista. Marx não só constatou a regularidade da manifestação da crise, como também evidenciou que ela ocorria ora com menor, ora com maior intensidade, mas, de modo geral, expandia o ciclo para a economia do sistema mundial (Ribeiro, 2002b).

A Grande Crise de 1929 tornou impossível negar a ciclicidade da acumulação de capital, assim como da crise, restava explicar suas causas (Ribeiro, 2002c). Diversos economistas começaram a verificar a periodicidade do fenômeno, a partir de perspectivas distintas: Kitchin, Burns e Mitchell, Juglar, Kuznets, Kondratieff (Almeida; Almeida Júnior, 2022). Marx (1890) tinha notado a existência de ciclos de 10 anos em sua época, mas não localizou fundamentos para considerar essa duração como fixa. O ciclo econômico também é chamado de ciclo juglariano por se aproximar da regularidade de 7 a 11 anos, uma vez que a periodicidade da economia coincide com os estudos estatísticos de Clément Juglar (Ribeiro, 2002c).

Diante da necessidade de explicar as causas, as correntes teóricas buscaram diferentes explicações para a crise. Ribeiro (2002b, 2002c) e Ribeiro e Silva (2002) citam: a teoria monetária, a qual enfoca nos ciclos de expansão e contração da moeda e do crédito; surgimento de inovações tecnológicas, proposto por Schumpeter e Hansen; propagação de efeitos

psicológicos, de Pigou e Bagehot; teoria do subconsumo e excesso de poupança e de rendimentos, de Hobson, Foster, Catching e Sweezy; excesso de sobreinvestimento, de Hayek e Mises; até causas astronômicas, como a sucessão de manchas solares alterando condições climáticas para colheitas, como Jevons e H.L Moore. Mesmo entre os marxistas, não há consenso e as causas variam entre anarquia da produção; subconsumo, defendida por Rosa Luxemburgo; lei da queda tendencial da taxa de lucro, de Paul Sweezy e Maurice Dobb; a superacumulação (Ribeiro, 2002b; Ribeiro; Mendonça, 1986; Silva, 2002).

A partir da Grande Depressão da década de 1930, foi necessário explicar não só as causas dos ciclos econômicos como solucionar a feroz crise (Ribeiro, 2002c). Neste momento histórico, as proposições de Keynes fazem com que o fenômeno da crise seja, aparentemente, sanado. Com o “êxito” das políticas econômicas de Keynes, surge a ilusão de que o fenômeno da crise pudesse ser superado por completo dentro do capitalismo. Assim, na economia *mainstream*, há a substituição de visões clássicas para ideias keynesianas. Sai a Lei de Say, do mercado autorregulado, para entrar forte intervenção do Estado para equilibrar a oferta e demanda (Ribeiro; Mendonça, 1986; Silva, 2002; Mendonça, 1987). O êxito das políticas econômicas aplicadas a partir de 1929, na atuação para equilíbrio entre oferta e demanda, levou a um momento de euforia, segundo a qual, na visão *mainstream*, o capitalismo viveria em seu momento pós-cíclico. Deste modo, a economia passaria apenas por pequenas flutuações, contudo, as crises de superprodução seriam elementos improváveis. Foi com a ineficácia das políticas econômicas keynesianas de conter a eclosão da crise de 1970 que a ideia de capitalismo pós-cíclico mostrou-se inviável, levando economistas a trocarem as ideias keynesianas pelo resgate e renovação de ideias clássicas no (neo)liberais (Ribeiro; Mendonça, 1986; Mendonça, 1987).

Neste contexto, Mendonça e Ribeiro (1986) apontam que, se as causas da crise fossem de fato oriundas dos desequilíbrios da oferta e da procura, então essas poderiam ser superadas com ações que compatibilizassem os dois polos opostos, o que se mostrou impossível mesmos com os avanços teóricos e dos instrumentos de política econômica. Os autores prosseguem afirmando que políticas econômicas têm efeitos, sim, sobre o ciclo, mas não conseguem eliminá-lo por completo. Por isso, as causas estão além do desequilíbrio da oferta e demanda, caso contrário os ciclos econômicos teriam sido de fato superados dentro do capitalismo (Ribeiro; Mendonça, 1986; Mendonça, 1987).

No sentido de explicar as causas do ciclo, ainda que Marx não tenha escrito uma teoria sobre os ciclos econômicos, o autor expôs importantes elementos para a reflexão da crise (Ribeiro, 2008). Utilizando o materialismo dialético², Marx argumenta que, para um fenômeno se manifestar, há de ter um potencial prévio, um conteúdo existente dinâmico, que eclode e torna-se aparente através da sua manifestação (Carcanholo, 1996). A crise é a manifestação de um potencial conteúdo já existente no capitalismo, mesmo que sua manifestação aconteça de formas diferentes, a sua causa, compreendida também como seu potencial conteúdo prévio, tem de se movimentar até que haja sua eclosão (Carcanholo, 1996). Para Marx, o primeiro conteúdo para o fenômeno da crise surge dentro da mercadoria, com a dissociação entre valor de uso e valor. Na medida em que o capitalismo se desenvolve, a complexificação do modo de produção leva à separação de elementos indissociáveis como: compra e venda; produção e consumo; produção e circulação. Por fim, a crise, de possibilidade, eclode e desdobra-se em necessidade para renovação de capitais e investimentos e conseqüentemente continuidade do ciclo de reprodução do capital³ (Ribeiro, 2008).

3.2. Etapas do ciclo econômico

O capital e a mercadoria serão elementos chaves para o pesquisador quando for realizar análise de conteúdo. Marx (1890) aponta a mercadoria como elemento fundamental para a fundação da sociedade capitalista. Diversos autores (Ribeiro, 2008; Osório, 2012; Almeida Júnior, 2016; Carcanholo, 1996; Mandel, 1978) reiteram que os ciclos econômicos e a crise no capitalismo estão intimamente interligados com a mercadoria. A produção capitalista gera acúmulos de mercadorias e capital, deste modo essa dinâmica é o elemento motriz para as ciclicidades da crise. Como a produção crescente é vem do trabalho social, mas a distribuição

² O materialismo dialético é o método utilizado por Marx e dentro do PROGEB, recomenda-se o livro “Curso de Filosofia: Princípios Fundamentais” de George Politzer.

³ Como o foco é apresentar a principal atividade do Observatório Econômico, a análise de conteúdo, não cabe aqui detalhar o desenvolvimento das contradições do capitalismo. Para acompanhar o debate teórico de sociedades pré-capitalistas até o capital, recomenda-se as videoaulas do PROGEB, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=x8p2nEllxuc&list=PLh9GgbUWDF-r1o_onT-wE7Vc7Bnc7snfw>, e o livro “a crise econômica: uma visão marxista”

da riqueza ocorre de forma privada, a mais-valia é cooptada por indivíduos, os quais tendem sempre a se concentrar a riqueza (Ribeiro, 2008; Ribeiro; Mendonça, 1986).

Deste modo, a superprodução de mercadorias não busca atingir as demandas de subsistência nem atender a demanda relativa. Na medida que o capitalismo se expande, novas possibilidades de crise aparecem, transformando a possibilidade em uma necessidade para o capital (Ribeiro, 2008). Como descrito em *O Capital*, conforme a relação de troca de mercadoria por mercadoria (M-M), essa ainda representando a troca de produtos não capitalistas, foi se complexificando, novas formas de crise ficaram latentes (Marx, 1890, 1893). Como resultado, o desenvolvimento de novas formas de crise não eliminou as formas prévias, muito pelo contrário, nascem novas tensões as quais eclodem durante a crise (Ribeiro; Mendonça, 1986; Ribeiro, 2008).

Como citado previamente, as leis capitalistas da superprodução de mercadorias agem para que haja um número crescente de investimentos para produção; número crescente de consumidores, tanto aqueles de consumo produtivo como aqueles de consumo para subsistência, das mercadorias; por outro lado reivindicam também a criação de barreiras do consumo para produção (Rosas, 2008). Quando há impossibilidade de que a produção seja consumida, acarretando na queda de mais-valia da mercadoria, então consolida-se o momento de crise (Ribeiro, 2008).

Em decorrência do ciclo, o fenômeno da crise mostra que para entendê-lo é preciso acompanhá-lo enquanto o mesmo ocorre. Por esta razão, o Observatório Econômico monitora a conjuntura econômica de forma constante, uma vez que o ciclo em todas suas fases acontece em médio e longo prazo conforme apontado por Marx (1890), Ribeiro (1988), Osório (2012). Desde os primeiros relatos das variações do capital, as contradições impostas no capitalismo permanecem presentes (Ribeiro, 2008). Na medida que o modo de produção se complexifica, mais que novas contradições internas se manifestam, os extensionistas devem se atentar ao trabalhar no Observatório. No capitalismo, a contradição entre trabalho privado e trabalho social permite que as demais contradições sejam impulsionadas (Marx, 1890).

Por isso, mesmo que em situações de crise ocorram de modos e momentos diferentes, a crise generaliza sua influência sobre toda a economia, iniciando em um setor de um Estado-nação e se generaliza nos demais setores ao redor planeta (Ribeiro, 2002a; Silva, 2002). Durante

a crise as formas se manifestam, por meios dos indicadores, os quais serão abordados posteriormente, é possível verificar quando a crise atinge a produção, circulação e consumo. Como a crise está vinculada ao capital, os setores comercial e financeiro são atingidos pelos problemas de superprodução. Destaca-se também que a eclosão da crise, seja no setor comercial ou financeiro, pode gerar impacto também sob a produção real (Ribeiro, 2008). Um exemplo disso é exposto por Almeida Júnior (2016) investigou a Crise do Subprime de 2008 a qual se espalhou Sistema Internacional e adquiriu o conteúdo da crise capitalista: a perda do valor de uso da mercadoria (Almeida Júnior, 2016).

No capitalismo, os problemas para seu desenvolvimento e conseqüentemente a crise causada formam a base de seu modelo posterior para o próximo ciclo econômico (Ribeiro, 2008). Deste modo, a crise desempenha tem a função saneador, ao destruir forças produtivas e expulsar os capitais mais fracos, cria espaços econômicos, onde o desenvolvimento de ciências e de técnicas tem papel fundamental, para nova expansão de investimentos e renovação do capital fixo. A consequência é a expansão de relações capitalistas, elevação de produtividade e introdução de novas técnicas, com isso aumenta-se a interdependência e conexão entre setores e ramos (Ribeiro, 2008).

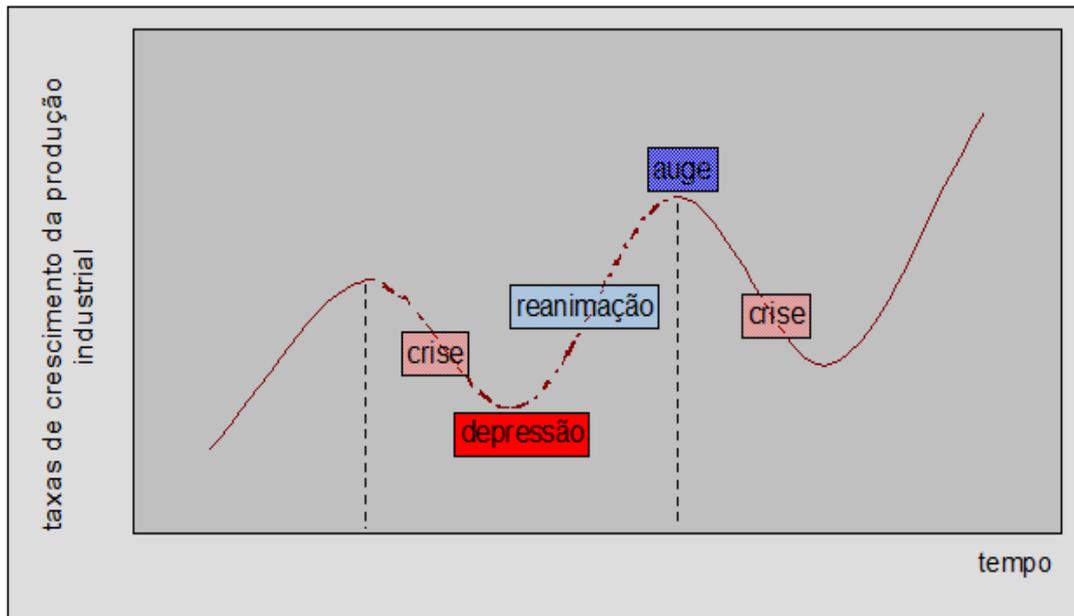
No desenvolvimento do capitalismo, esse movimento pouco a pouco permitiu que o fenômeno assumisse um caráter mundial através da evolução do mercado mundial e internacionalização do capital. Neste sentido, Marx (1890) indica que:

...a partir do momento em que a indústria mecânica se enraizou tão profundamente que exerce influência preponderante sobre toda a produção nacional: em que graças a essa indústria, o comércio exterior começa a avantajarse ao comércio interno; em que o mercado mundial se apossa sucessivamente de vastas regiões do Novo Mundo [...]; em que finalmente, as nações industriais que surgem na arena se tornam suficientemente numerosas. Só a partir deste momento começam a aparecer aqueles ciclos que se reproduzem continuamente, cujas fases sucessivas compreendem anos, e que desembocam sempre numa crise geral, o fim de um ciclo e o começo do outro. (Marx, 1890, p.735)

A partir deste momento, o capitalismo atinge grau de maturidade, onde acontece repetição do movimento cíclico como lei do processo de acumulação do capital (Ribeiro, 2008). A repetição do ciclo se manifestará por meio da superação da crise, que transita em depressão

até nova ascensão e auge (Ribeiro, 2008). Como descrito anteriormente, no decorrer do ciclo econômico até chegar ao momento de outra eclosão, a economia passa pelas fases de: crise, depressão, reanimação e expansão. Essas fases estão diretamente relacionadas com a superprodução de mercadorias (Ribeiro, 2002a). Ao analisar as notícias é necessário compreender em qual etapa a produção e consumo se encontram. Devido ao fato que ciclo se manifesta lentamente, o pesquisador deve acompanhar os indicadores da produção, consumo e circulação, uma vez que a generalização dos problemas causados pela superprodução ocorre de maneira difusa. Quanto a cada momento da crise de superprodução, Ribeiro (2002a) descreve como:

Figura 3 – Forma do Ciclo Econômico



Fonte: Silva (2002, p.9)

Crise: a conjuntura apresenta redução drástica da produção de mercadorias. O mercado está saturado, resultado do auge do ciclo econômico anterior, a superprodução está generalizada em termos relativos ao volume de procura efetiva. Há formação de estoques com a situação econômico-financeira força à redução da produção como consequência há redução da força de trabalho e aumento de desemprego, os salários para tendem a queda. Como efeito, diminui investimentos, inicia processos de falências e concordatas. O sistema de crédito é abalado com aumento de protestos dos títulos levando à falência de setores da produção, no desespero da obtenção de dinheiro e redução dos estoques, há queda de preços (Ribeiro, 2002a).

Após a eclosão da crise, surge o momento de **Depressão**, momento da destruição das forças produtivas, as empresas são encerradas de modo a acontecer a eliminação do capital excedente, liquidação dos estoques a preços muito baixos, atividade econômica é reduzida ao mínimo. Não há investimentos novos, salários permanecem baixos, há forte pressão da taxa de desemprego, o consumo e produção continuam a cair em ritmo mais lento, grandes capitalistas saem fortalecidos neste contexto, uma que tem capital ocioso, capitalistas maiores podem adquirir empresas concorrentes por compras, resultando num aumento das fusões e aquisições (Ribeiro, 2002a; Silva, 2002). Na medida que começa uma superação do momento mais crítico do cíclico, segue-se a fase de reanimação.

Reanimação: A economia está com a produção em níveis inferiores à procura efetiva do ciclo anterior, os estoques foram esgotados, começa o aumento da procura estimulando o crescimento da produção, mercado de crédito e o crédito voltam lentamente a adquirir confiança. O setor de bens de consumo aumenta a demanda de equipamentos ao setor produtor de meios de produção estimulando novos investimentos, a oferta aumenta os níveis de emprego que estimula o consumo dando um efeito cadeia. De maneira geral, há uma tendência para queda da taxa de juros de modo que o capital sob a forma dinheiro possa retomar o processo de produção. Com abundante mercado de força de trabalho, estoques de capital sob a forma dinheiro, queda das taxas de juros, aumenta a taxa de lucro, os investimentos e o consumo, reduzindo desemprego, falências e protestos (Silva, 2002; Ribeiro, 2002a).

Com a economia aquecida, direciona-se para o **Auge** do ciclo, fase máxima da expansão da economia, o movimento do capital se acelera e a taxa de lucro sobe. O investimento do setor produtivo de bens de consumo é estimulado por conta da redução do desemprego dando novo impulso à produção dos meios de produção. Há um clima de euforia a todos os níveis, salários se elevam à medida que aumenta a procura de mão-de-obra, produção se eleva vertiginosamente, neste contexto elementos começam a aparecer para nova crise. Por fim, os estoques começam a acumular mostrando dificuldades para a realização de nova produção, há cancelamento de encomendas dos meios de produção e as restrições começam a se espalhar em cadeia para o setor produtivo, indiciado um novo ciclo de crise além de se espalhar por setores, mercados nacionais acabam por serem impactados pelo fenômeno internacional (Ribeiro, 2002a, 2002b).

Portanto, o ciclo econômico indica um processo de expansão de consumidores, expansão da produção e dificuldades de que a mercadoria seja consumida. Ainda que as fases do ciclo não sejam opostas e bem demarcadas, na conjuntura vai surgindo indicadores os quais apontam a transição para a próxima etapa. Marx (1894, p.295-296) descreve que “...Não se produz riqueza demais. Mas a riqueza que se produz periodicamente é demais nas formas antagônicas do capitalismo”. A transição de auge para crise, assim como o momento da eclosão da crise, depende de muitos fatores relacionados tanto vinculados à função do dinheiro e do crédito, como de medidas de política econômica, em especial da monetária, das características do capital comercial e das instituições financeiras, até de fatores sociais e políticas (Ribeiro, 2008).

Desse modo é necessário compreender as especificidades da base econômica brasileira, setores produtivos mais presentes na economia, os quais mais influenciam o PIB, os que mais dinamizam a economia. Em termos além de quais são as frações das classes dominantes assim como suas disputas, além das manifestações das disputas políticas no debate público e no Estado. Em outras palavras, é necessário um conhecimento de formação econômica-social brasileira.

Para a compreensão da conjuntura nacional, é preciso compreender a composição econômica e social do Brasil e, qual seu papel na Divisão Internacional do Trabalho, sua posição no capitalismo mundial. Diante do ciclo econômico, ao analisar um país, o que se faz na realidade é circunscrever um limite geográfico de análise do capitalismo (Osório, 2012). Além disso, “o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados” (Osório, 2012, p.12). Na mesma direção, Carcanholo (2013) reitera que o capital gera leis de funcionamento, as quais levam a um desenvolvimento desigual e combinado em distintas partes do mundo resultando em situação de dependência das nações. Neste sentido, Silva (2002) reitera que o processo de globalização ampliou os elos entre os países, levando a um fortalecimento e aumento da sincronia dos ciclos econômicos de cada país. Como consequência, dentro da análise dos ciclos econômicos, um país não é mero conjunto de interesses coletivos isolado, mas parte de uma totalidade, o capitalismo mundial, pertencente a um contexto histórico do desenvolvimento de reprodução do capital, necessitando ser reconhecido as particularidades no momento da análise (Osório, 2012).

3.3. Análise de Conteúdo

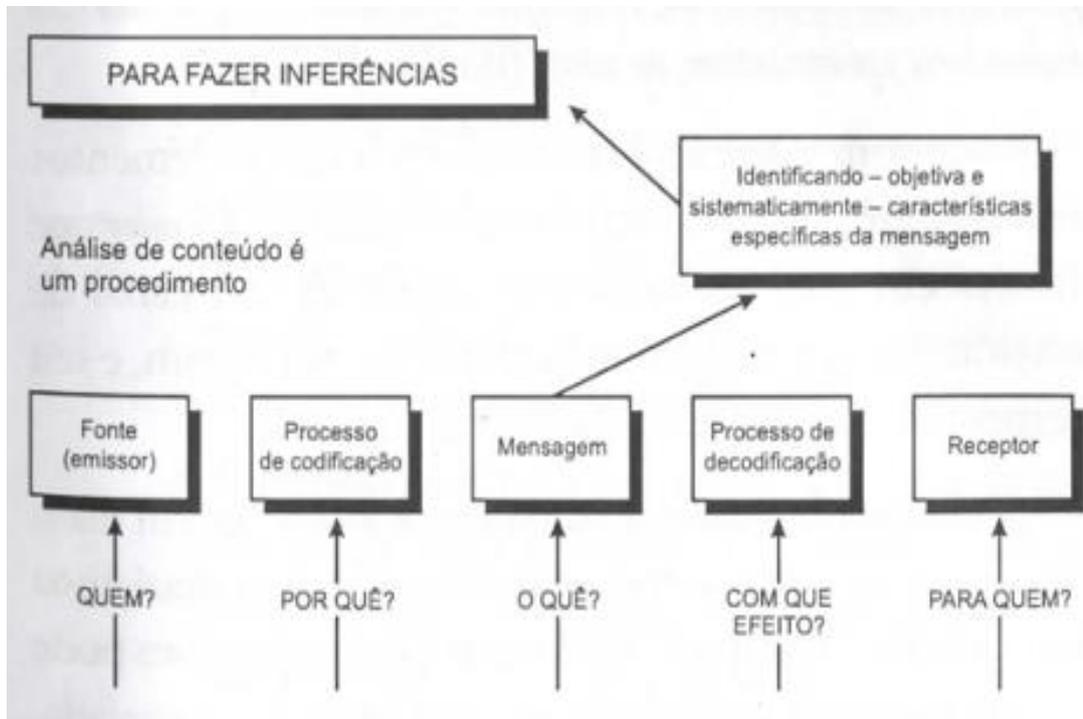
A proposta da análise de conteúdo é auxiliar o trabalho de dados qualitativos, principalmente, a análise de comunicação (Capelle; Melo; Gonçalves, 2018). Como define Bardin (1979), a análise de conteúdo constitui como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 1979, p.42).

A finalidade da análise de conteúdo (AC) é realizar inferências de material qualitativo com rigor e grau científico, por isso as técnicas de análise foram amplamente utilizadas no século XX como instrumento pragmático de departamento de ciência política norte-americana para trabalhos de inferência em diversos gêneros textuais, dentre esses os textos jornalísticos (Bardin, 1979). As proposições teóricas da análise de conteúdo possibilitam a sistematização das análises do Observatório. Essa aplicação é particularmente relevante ao considerarmos que os processos inferenciais sobre a conjuntura do PROGEB têm como ponto de partida análises realizadas em textos jornalísticos.

Para Franco (2005), o conjunto de técnicas se preocupa com a mensagem, seja tanto oral como escrita, como verbal ou não-verbal, expressando tanto significado quanto sentido. Segundo Franco (2005), a análise de conteúdo está vinculada à teoria da comunicação, por isso reconhece que a comunicação é composta por cinco elementos básicos: emissão; processo de codificação; mensagem; processo de decodificação e receptor. Para realizar a inferência, a mensagem tem de ser questionada sobre suas intenções e não intenções: o que se diz, quais os silêncios da mensagem, quais elementos estão explícitos ou implícitos (Franco, 2005). O processo de inferência está representado conforme figura 1.

Figura 1 - Características Definidoras da Análise de Conteúdo



Fonte: Franco (2005, p.19).

Assim, a AC está enraizada em uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, a qual busca sair do caráter meramente descritivo rumo a um caráter analítico interpretativo (Franco, 2005). O exercício de superação da visão descritiva das notícias para um caráter analítico interpretativo é fundamental para o trabalho de extensão do Observatório Econômico.

Por conta desta concepção, AC se fez útil para as ciências humanas e sociais, uma vez que tem uma atitude de vigilância crítica a qual requer rodeio metodológico e emprego de técnicas de ruptura, as quais buscam exercício de superação da leitura simples de hipóteses provisórias, das primeiras impressões, para planos de investigação (Bardin, 1979). Deste modo, a análise de conteúdo busca a ultrapassagem da incerteza e enriquecimento de leitura. Em outras palavras, os métodos de análise buscam verificar se a mensagem inferida é válida e generalizável e se há um enriquecimento da leitura, de tal maneira que permita evidenciação de conteúdos e estruturas que não só demonstram o propósito da mensagem, como também encontra elementos de esclarecimentos para conduzir a descrição de mecanismos os quais, *a priori*, não havia compreensão (Bardin, 1979). Bardin (1979) conclui afirmando que sua função

pode se vincular, tanto com a tentativa de enriquecimento exploratório, quanto com a verificação de prova de hipóteses.

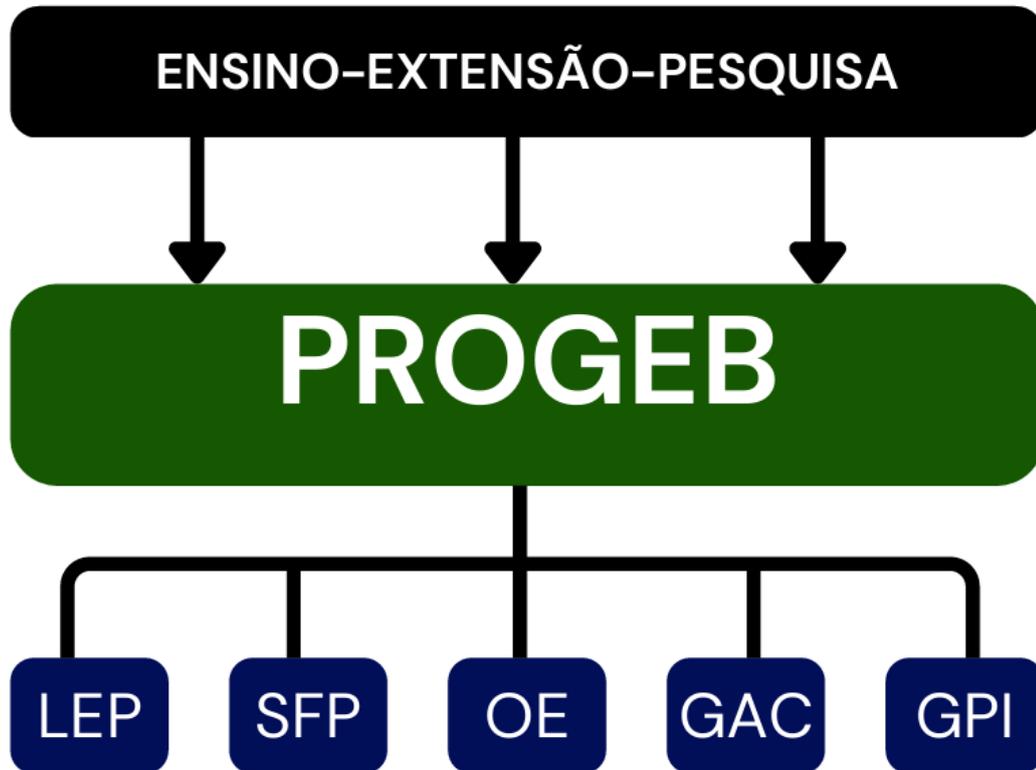
Para exercício de análise de conteúdo, Franco (2005) elenca pressupostos relevantes: a mensagem tem uma quantidade de informações, como por exemplo filiações teóricas, concepção de mundo, representações sociais, entre outros; o emissor da mensagem seleciona, de forma não arbitrária, as informações; o discurso do expositor é orientado por suas concepções, conscientes ou ideologizadas. Por isso que as extrapolações e interpretações devem partir da comunicação, e não por meio dela (Franco, 2005).

A análise de conteúdo constitui um conjunto de técnicas empíricas que reconhecem as particularidades da linguagem. Embora não seja possível desenvolver um modelo exato aplicável a todos os gêneros, temas e finalidades, a AC configura-se como um instrumento metodologicamente viável (Bardin, 1979). Sua operacionalização ocorre de forma sistematizada em três etapas distintas: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento interpretativo dos resultados. No momento da pré-análise ocorre a escolha dos documentos e leitura dos materiais. Já na análise do material, há decomposição do material bruto e transformação para elementos de análise. Na última etapa, ocorre o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, é o momento da interpretação confrontando os elementos separados com a teoria e hipótese para inferir sínteses interpretativas (Bardin, 1979, p.93).

4 O PROGEB: ESTRUTURA

O Projeto Globalização e Crise na Economia existe há 22 anos, enquanto o Observatório Econômico (OE), a parte da extensão deste projeto, tem 16 anos de execução no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB. Além da extensão, o PROGEB é dividido em outros grupos: Laboratório de Economia Política (LEP); Seminário de Formação Permanente (SFP), Grupo de Análise de Conjuntura (GAC), Grupo de Produção de Informática (GPI). Ainda que cada grupo tenha autonomia para atuação, as atividades desses estão interligadas. Por meio da atual organização normativa do PROGEB, busca-se desenvolver atividades teórico-práticas vinculadas ao tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão. Quanto ao caráter interdisciplinar tem origem na presença dos cursos de Relações Internacionais e de Economia.

Figura 2 - Organograma do PROGEB



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentre as finalidades, o PROGEB visa estimular o pensamento crítico interdisciplinar, gerar produção acadêmica, fazer atuação prática por meio da extensão e ter a comunicação acessível com a sociedade. Somente com esses objetivos, é possível socializar o conhecimento interdisciplinar tanto para pesquisadores, academia, sociedade de forma a reiterar a integração do tripé da educação. No decorrer do tempo de sua existência, o projeto já elaborou atividades em escolas, seminários, rodas de conversas, palestras e entrevistas. Sua principal produção consiste nas análises de conjuntura semanal, as quais são elaboradas com visão crítica que buscam desmistificar o economês por meio de uma linguagem acessível.

Ao se deparar com espaços que debatem economia na sociedade, mídias, sites e jornais, é fácil notar uma linguagem técnica, popularmente conhecida como “economês”, composta por termos específicos, terminologias e jargões próprios. Ela é utilizada por economistas para explicarem os fenômenos da sociedade. Os próprios meios de comunicação, os quais reproduzem o economês, reconhecem como um empecilho para compreensão da economia e buscam iniciativas para tornar o conhecimento das ciências econômicas mais palatável. O artigo

do jornal Valor Econômico “Esqueça o ‘economês’ ou perca o cliente para o cunhado dele”, evidencia o distanciamento entre os termos dos economistas e a sociedade (Mosca, 2023).

Os métodos quantitativos e as teorias *mainstream* da economia têm afastado a compreensão da sociedade sobre a economia. Na medida em que os modelos econômicos reduzem a economia em fórmulas quantitativas, mais que se tornam incapazes de explicar os fenômenos distanciando da realidade assim como do vínculo da realidade, pois acabam por ficar submissos em pura matemática e círculos restritos da sociedade os quais sabem interpretar a linguagem econômica (Ramalho, 2024).

Quanto mais se sofisticar a linguagem e o instrumental matemático, utilizados na ciência econômica, mais aumenta a possibilidade de afastamento da realidade. Isto se agrava ainda mais quando a teoria oficial, o “main stream”, incapaz de encontrar explicações para os atuais fenômenos que afligem a humanidade, esconde-se cada vez mais dentro de seus próprios muros matemáticos (Ramalho *et al*, 2013, p.7).

Segundo Carcanholo (2021), há a tentativa de transformar a economia em uma ciência natural por meio de (pseudo)procedimentos científicos. A economia é uma ciência social, sendo impossível a separação dessa disciplina da totalidade da realidade social e da realidade das relações sociais. Assim não se trata meramente de técnicas, há inseridas tradições filosóficas e teóricas, interesses conflitantes e funções dentro da sociedade capitalista (Carcanholo, 2021). Não por acaso, por ser das ciências sociais, o campo era intitulado de Economia Política (Carcanholo, 2021).

Além da preocupação com a forma em que conhecimento é exposto, o Observatório Econômico incide no conteúdo da formação teórica dos extensionistas. A atividade prática os coloca em confronto diante da realidade e das teorias estudadas de modo que sejam validadas ou repensadas. Este confronto com a realidade permite a constante renovação da teoria acadêmica e acúmulo de validações empíricas, uma vez que a teoria marxista é embasada no materialismo dialético, exigindo o constante exercício de teoria com prática. O debate ocorre em torno das notícias amplamente divulgadas nacional e internacionalmente e requer apuração qualitativa e quantitativa das informações apresentadas. No caso das informações qualitativas, reitera a necessidade de análise de conteúdo, o qual possui fundamentação na sociedade e contexto da época. Para que a dinâmica funcione, os grupos têm objetivos próprios e funções distintas, de modo que:

O **Laboratório de Economia Política (LEP)** debate métodos de ensino e conteúdo para serem utilizados internamente no PROGEB e em sala de aula, em casos de iniciação à docência e apresentação de aulas. O LEP também elabora e organiza material didático como artigos, livros, bibliografia para cursos e seminários, por fim o material teórico é compartilhado para formação teórica dos pesquisadores do Observatório (PROGEB, 2008a).

O **Seminário de Formação Permanente (SFP)** é responsável pelo exercício de ensino-aprendizagem e formação teórica dos pesquisadores e da comunidade interessada com aprimoramento da metodologia, técnica e conhecimento para atividades práticas. O Seminário utiliza materiais selecionados no LEP para os diálogos entre discentes e docentes. Por meio dos encontros do SFP, os pesquisadores são introduzidos aos conceitos básicos da teoria marxista assim como de elementos da economia política. O espaço é também utilizado para exposição das pesquisas produzidas pelos membros do PROGEB (PROGEB, 2008b).

O **Grupo de Análise de Conjuntura (GAC)** realiza reunião semanal, na qual avalia o ciclo econômico e conjuntura da economia brasileira por meio das informações coletadas, sendo a principal fonte o meio jornalístico. Todas as informações apuradas pelo Observatório Econômico, seja estatísticas, notícias, dados quantitativos, documentos institucionais, informações qualitativas, são debatidas e analisadas coletivamente para desenvolvimento de texto crítico de análise semanal. O objetivo deste grupo é compreender qual o momento do ciclo econômico e quais as peculiaridades da economia nacional e internacional (Cavalcante *et al*, 2013).

O **Grupo de Produção de Informática (GPI)** é responsável pela divulgação e promoção das atividades do PROGEB. Cabe ao GPI a promoção de eventos, produção de material audiovisual, divulgação das atividades e acúmulos do PROGEB, publicização das análises e divulgação de notícias relacionadas ao projeto em linguagem acessível sem o economês ou academicismo. Com o advento das mídias sociais, este grupo adquiriu a responsabilidade da comunicação virtual e monitoramento da interação online (Almeida; Almeida Júnior; Dantas; Silva, 2013).

Por fim, o **Observatório Econômico (OE)** realiza a primeira inserção dos extensionistas nos demais grupos do projeto; articula todas as demandas institucionais do PROGEB com a UFPB; estabelece parcerias com organizações externas, exemplo a Sociedade

Brasileira de Economia Política; desenvolve intervenções que envolvam academia e comunidades externas; elabora o planejamento anual das atividades projeto e concebe a forma em que Projeto e ambiente externo dialogam. Deste modo, seleciona material que será utilizado em entrevistas e debates, na medida em que todas as respostas e críticas dadas pela sociedade, essas são fundamentais para ajustes da teoria-prática. Fora a parte burocrática, o OE é o segmento de extensão, ou seja, a parte prática a qual interliga os demais grupos. Com o decorrer da formação teórica do SFP, os extensionistas do Observatório fazem a pré-coleta dos elementos empíricos, conforme primeiro momento da análise de conteúdo (Ramalho, 2013, 2024). As informações coletadas semanalmente serão utilizadas no GAC para debate da conjuntura. Por fim, o Observatório é responsável pelo arquivamento das informações teóricas e empíricas e formação de acervo do PROGEB.

5 DA TEORIA PARA A PRÁTICA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO DO OBSERVATÓRIO

Em trabalhos de economia política, ainda que tarefa árdua, a abordagem teórico-metodológica marxista necessita captar o movimento do valor-capital, contextualizando-o nas situações histórico-concretas, bem como nos elementos superestruturais, reconhecendo que a luta de classes está na centralidade (Ferreira; Luce 2012). Isto posto, quando se realiza essa abordagem, é necessário transitar entre conceitos mais abstratos, como modo de produção e sistema mundial, e aqueles mais concretos, como formação econômica-social e conjuntura. Deste modo, o padrão de reprodução do capital pode ser verificado através da condensação do movimento do capital em tempos históricos e em espaços geoterritoriais (Ferreira; Luce, 2012). No PROGEB, a análise de conteúdo feita pelo Observatório é o instrumento para acompanhar o movimento do capital, uma vez que, por meio desse instrumento, há contínua investigação dos fenômenos econômicos e políticos da sociedade noticiados diariamente, resultando em análises de conjuntura. Em outras palavras, quando se realiza análise de conteúdo das notícias, o que se busca é construir interpretações para compreender a conjuntura, de tal maneira que seja possível avaliar o movimento do capital ao utilizar os conceitos próprios da teoria dos ciclos.

Para que os trabalhos do PROGEB sejam produzidos, as atividades internas ocorrem em etapas. Os grupos internos funcionam de forma autônoma e segmentada. Essa segmentação permite organizar as atividades internas, de modo que haja zelo com a formação teórica na medida em que ocorra, também, a inclusão dos extensionistas nas atividades. Durante a entrada dos novos extensionistas, é fundamental proatividade dos envolvidos no debate coletivo para que seja definido quais temas, atividades serão realizadas no decorrer do ano acadêmico além de seja feito a divisão do trabalho social interno do projeto. Neste momento, o extensionista tem a oportunidade de alinhar sua bagagem pessoal – interesses, objetivos e habilidades – com as possibilidades de atuação do projeto.

O PROGEB possui mais de 20 anos de existência e sua longevidade está assentada no ininterrupto trabalho dos coordenadores, bem como no processo continuado de formação de monitores, extensionistas e pesquisadores. O ciclo anual é resultado do trabalho coletivo, e, ainda que o Observatório possua uma gama de atividades já realizadas, cabe aos envolvidos definirem que ações farão ao se integrarem no projeto. Em suas várias edições ao longo da sua existência, os discentes vinculados ao PROGEB já realizaram seminários em escolas, levantamento ativo de temas pertinentes à sociedade, publicização de análise em outro idioma, realização de cursos, entre outros.

Além de promover iniciativas que expressem compromisso social, as atividades realizadas buscam articular o tripé universitário e estimular a formação do discente como cidadão crítico e responsável, alinhando-se com a Resolução N° 7/2018 (MEC, 2018). As ações dialogam com a proposta de ação do Observatório (Ramalho, 2024) e reiteram o esforço para acompanhamento diário da economia e dos fenômenos que rondam a economia brasileira e internacional. O ciclo econômico é elemento central estudado e trabalhado na extensão, porém, dentro do projeto, há abordagem de outros fenômenos na economia política.

5.1. Formação prévia para Observatório Econômico

Antes de iniciar o exercício de análise de conteúdo, acontece a formação teórica no Seminário de Formação Permanente. Os extensionistas são introduzidos aos elementos teóricos da teoria marxista dos ciclos econômicos utilizados no Observatório Econômico. Como primeira

etapa, a formação teórica visa que os envolvidos possam se apropriar dos principais conceitos da teoria marxiana.

O propósito, neste momento, é que sejam introduzidas as bases conceituais as quais permitam a interpretação do movimento do capital em ciclos, explicando a origem da crise e de suas diversas formas de manifestações e os motivos para que este fenômeno persista no modo de produção capitalista. Há apresentação de conceitos-chaves elaborados por marxistas os quais serão os instrumentos dos membros do Observatório destinados à interpretação da estrutura e superestrutura nacional, como Estado-nação de economia periférica e dependente, e da economia internacional. Dentro do PROGEB, há também um acúmulo de pesquisas e trabalhos próprios, seja teóricos ou de aplicação teórica, de análises, dissertações, testes da aplicação da teoria e formulação teórica, os quais são revisitados na formação. Cita-se Ribeiro (1988), Silva (2002) e Almeida Júnior (2016) os quais fizeram trabalhos detalhados sobre as variações da economia brasileira desde a década de 1960 até 2008. As contribuições prévias serviram como hipótese para compreensão histórica do movimento cíclico do capital e da inserção da economia brasileira nas variações da economia internacional. Portanto, o acervo desses trabalhos produzidos expõe uma visão sobre dinâmica produtiva e qual as variações históricas do contexto brasileiro.

No decorrer da formação, a apresentação da teoria e da aplicação busca detalhar como a crise é um germe potencial e de que maneira se desenvolve ao da possibilidade tornar-se necessidade. Assim, debate-se o surgimento de trocas de mercadorias por mercadorias em sociedades pré-capitalistas, passando pelos potenciais da crise, as formas e conteúdo já verificadas no capitalismo, elencando com a origem do dinheiro, até o surgimento do capital e suas diferentes manifestações, como capital industrial e financeiro, até progressão do debate até as leis econômicas do capitalismo.

Essa fundamentação teórica é essencial para compreender os conceitos da crise e as explicações dos ciclos antes de iniciar as análises de conteúdo. Esse debate teórico permitiu a produção de uma série de trabalhos focados em tópicos específicos como dinheiro, o capital financeiro e uma abordagem mais própria para a crise do Subprime de 2008. Além disso, como citado previamente há diferentes condições de produção e exploração de mais-valia (Ribeiro, 2008), como consequência a eclosão de crises manifesta de forma diferente, por isso essa

fundamentação é necessária para que os fenômenos verificados no dia a dia possam ser debatidos com maior profundidade além de suas formas.

Como o ciclo econômico é o elemento central, a partir dele debate-se os fenômenos que aparecem no dia a dia da sociedade, somente após a formação teórica que a análise de ciclos econômicos através da interpretação de conteúdo pode ser iniciada. Como o foco deste artigo é apresentar como ocorre a sondagem da conjuntura por meio da análise de conteúdo no Observatório Econômico, não será apresentado os acúmulos do Seminário de Formação Permanente, contudo há uma série de materiais já produzidos do SFP. Já por ser elemento utilizado diretamente na análise de conteúdo, o ciclo econômico foi apresentado em “Etapas do ciclo econômico”.

5.2. Coleta de notícias

Conhecendo os conceitos fundamentais, inicia-se a primeira etapa da operacionalização da AC, a pré-coleta dos dados para o GAC. Semanalmente, os pesquisadores realizam a pré-coleta de material, notícias, estatística e indicadores que circulam na mídia e na sociedade. Neste momento, é importante o pesquisador se atentar principalmente às notícias que apresentam sinalizações acerca das fases do ciclo econômico. Ao entrar em contato com o jornal, o extensionista realiza exploração do material, como uma primeira etapa da análise de conteúdo.

Como primeira etapa, a leitura das notícias tem como objetivo a separação do material, o qual será encaminhado à leitura na reunião GAC. Como proposto por Bardin (1979), neste momento, busca-se verificar se o material lido possui, por um lado, alguma representatividade diante do universo de fatos políticos econômicos e, por outro, algumas pertinências para os fenômenos da conjuntura. Os setores interferem de modos diferentes e possuem pesos diferentes na economia, sendo necessário conhecer as especificidades do setor ou as características da economia brasileira e sua dinâmica internacional. Segundo Osorio (2012), na medida que é constituído os eixos de acumulação e da reprodução do capital, alguns setores e ramos estão à frente em termos de investimentos.

Além disso, os fenômenos econômicos não ocorrem de modo isolado, ainda que o foco do Observatório seja o ciclo de reprodução do capital, a leitura não é focada exclusivamente no ciclo. Acompanham-se, por exemplo, os eventos ligados às mudanças climáticas, bem como o desenrolar da pandemia de covid-19. Isto porque a economia está vinculada aos demais aspectos da sociedade. Além disso, busca-se entender o contexto da luta de classes no capitalismo brasileiro, o qual não pode ser perdido de vista. Uma vez que a luta de classe compreende uma luta nos espaços econômico, político e ideológico (Politzer, 1954), o pesquisador, ao abrir o jornal, deve se atentar nessas três esferas em que se desenrolam os fenômenos da economia política.

A realidade se apresenta de forma complexa, com fatos ocorrendo diariamente, muitas vezes de forma difusa, indicando várias tendências simultaneamente. Neste caso, é importante que o analista elabore critérios para mensurar impactos geográficos, temporais e quantitativos de modo a classificar as mais relevantes, que indiquem tendências ou contratendências expressivas. Almeida Júnior (2016) afirma que a interpretação de dados econômicos ou indicadores dependem do quadro teórico nos quais estão inseridos. Assim, acabam por captar algum aspecto da realidade referente ao que a teoria busca investigar. Por exemplo, na análise empírica aplicada por Almeida Júnior (2016), o autor aponta como a reposição do capital constante fixo indica a base material da regularidade nas ocorrências de crise do modo de produção capitalista. Além disso, o autor aponta que o componente cíclico do Produto Interno Bruto brasileiro é o principal indicador para verificar o nível de atividade econômica (Almeida Júnior, 2016).

Quanto à ação estatal, como referido previamente, o Estado capitalista não consegue superar o fenômeno da crise (Ribeiro, 2002; Ribeiro; Mendonça, 1986), o que não significa que a política econômica do Estado seja irrelevante. Muito pelo contrário, a política econômica tem efeitos sobre o ciclo, inclusive, agindo de forma pró-cíclica (na mesma direção das fases do ciclo) ou anticíclica (em direção oposta às fases do ciclo). Importante destacar que, ainda haja a teoria, a realidade deve ser sempre o meio máximo da validação da análise, em razão que os efeitos da atuação das forças sociais sempre estarão na realidade.

O ciclo econômico se manifesta na produção, consumo e capital da sociedade. Por isso os estágios da crise tornam-se aparentes na produção, circulação e consumo (Ribeiro, 2008).

Por outro lado, por conta do caráter internacional do capital, há uma interligação das economias de Estados-nação. Em consequência, a crise afeta de modo transversal as economias, de maneira que instabilidades no consumo em um país central do capitalismo podem influenciar o setor produtivo de uma nação periférica.

Já num segundo momento da coleta de notícias, após a leitura flutuante, através da análise de conteúdo, o extensionista localiza os elementos e indicadores que sinalizem a etapa do ciclo econômico. Ao aplicar a análise do ciclo econômico, em sua tese de doutorado, Ribeiro (1988) utilizou indicadores do consumo de energia, taxa de desemprego, índices de atividade na economia, formação bruta de capital fixo, venda de papelão, entre outros. Logo, há indicadores da superprodução de mercadorias tanto na produção, circulação, consumo seja produtivo como de subsistência.

Destaca-se que o extensionista deve conhecer bem os conceitos marxistas básicos, uma vez que o economês do jornal tende a gerar confusão, além de trazer conceitos os quais no marxismo são diferenciados do *mainstream*, de modo a superar leituras ou ilusões teóricas. Neste sentido, a AC também serve como instrumento para destrinchar as diferenças metodológicas, reconhecer o viés ideológico da mensagem, apontar os propósitos do jornal e qual a posição de classe, uma vez que a luta de classes se manifesta possui tanto âmbito econômico, político e ideológico.

Por fim, para conclusão da etapa pré-coleta do material, o extensionista após fazer coleta do material a ser levado no GAC, antes de apresentar a reunião do GAC, caso necessário faz a codificação do material como tradução (caso esteja em outro idioma), separação dos dados quantitativos relevantes, contextualização em que mensagem foi feita etc. Essa codificação permite que as notícias estejam prontas para interpretação coletiva do GAC e inferências sobre o ciclo econômico permitindo maior eficácia nas reuniões semanais.

5.3. Análise crítica do GAC

Na reunião semanal do GAC, embasados pela teoria marxiana e pela exposição das notícias, os participantes do Observatório debatem e avaliam coletivamente os fatos que possibilitam a análise das fases do ciclo econômico, bem como suas particularidades. No

debate, é comum que as informações possam entrar em conflito, uma vez que a realidade é complexa, os fenômenos econômicos se manifestam de forma contraditória e as mesmas informações podem ter interpretações diferentes.

As reuniões semanais buscam externar sínteses, interpretações e inferências dos materiais analisados. Sob a perspectiva de Laurence Bardin (1979), este momento se enquadra no tratamento dos resultados obtidos e interpretação, enquanto, sob a análise de Franco (2005), situa-se na última fase de inferência, quando a informação descritiva é relacionada com os dados e teoria. Para o extensionista, significa o exercício crítico, verificação de hipóteses científicas, descoberta de novos elementos, confrontando-se com questões complexas contemporâneas do contexto social.

Por meio da análise coletiva e dos acúmulos semanais, aparecem as inferências sobre a economia brasileira. Neste momento, os fatos e acontecimentos marcantes são expostos, assim como evidenciam-se as tendências majoritárias e minoritárias da economia política. Essa reunião semanal é fundamental para o funcionamento do Observatório Econômico, uma vez que transforma a teoria em prática, por meio da análise crítica e análise de conteúdo, fazendo com que o acervo do ensino e pesquisa dialoguem diretamente com a extensão.

A análise de conteúdo permite localizar indicativos do ciclo econômico em suas formas de manifestação, tanto quantitativas quanto qualitativas. Porém, a fase da inferência do GAC permite reavaliar a pertinência. É importante que neste momento o pesquisador reconheça os setores mais relevantes, certos nichos, setores, ramos que têm diferente impacto na produção, consumo e circulação, assim como peso na economia. Durante as reuniões do GAC é possível verificar a relevância destes setores, os quais podem mudar ao longo do tempo.

O acúmulo do debate será transformado em análise, elaborada por algum membro. Com isso, logo a interpretação do trabalho em grupo está sintetizada no texto semanal. É recorrente também que a análise de conteúdo resulte em outros produtos, seja textual ou audiovisual, por parte do GPI. Já o material utilizado é arquivado para uso futuro em pesquisas, artigos ou trabalhos pedagógicos no ensino.

5.4. Produção e divulgação de material

O histórico da universidade brasileira, assim como da extensão, está vinculado em amplo debate de proposta e construção de projeto político de ensino superior (Melo Neto, 2014). Deste modo, a atividade de extensão na universidade deve buscar superar a função meramente assistencialista de fornecer serviços ou informações, para que seja espaço presença da sociedade (Melo Neto, 2011).

Por isso, a extensão está vinculada a ideia de processo, de diálogo e troca entre academia e sociedade, reforçando a indissociabilidade e integração entre ensino, pesquisa e extensão. Deste modo, as atividades devem se basear em interdisciplinaridade e visão integrada social (Cristofolletti; Serafim, 2020; Melo Neto, 2014).

Em vista a esta concepção de extensão, após a conclusão das análises, o Grupo de Produção de Informática disponibiliza os resultados através de múltiplos canais de divulgação: publicação em blog institucional, distribuição via newsletter e apresentação de dados em entrevistas. Esses materiais são direcionados a organizações da sociedade civil, entidades de classe e ao público em geral.

Cabe ao GPI pensar em estratégias de comunicação para que o Observatório cumpra a função de via de mão dupla da extensão. Conforme o Plano Nacional de Extensão (Forproex, 1999) e a Política Nacional de Extensão (Forproex, 2012), a extensão tem a função de trânsito da comunidade acadêmica com a sociedade, na medida que tem de estar aberto para receber retorno e atuação do público externo (Forproex, 1987). Dentro da sociedade, é possível a construção de pensamento crítico e produção de pesquisa emancipadoras, pois somente nessa poderá se produzir a práxis do conhecimento acadêmico (Forproex, 1987).

Nos 20 anos de existência, os participantes do PROGEB experimentaram algumas práticas como seminários abertos, publicação de livros, atuação em rede social, participação em programas televisivos ou radialistas, busca ativa, dentre outras atividades. Dentro do PROGEB, o “economês” é visto como uma barreira que dificulta o diálogo sobre economia com a sociedade, portanto, compete ao GPI averiguar a acessibilidade das ações feitas pelo Observatório, mantendo a linguagem acessível e a qualidade científica.

Por fim, cabe aos extensionistas do Observatório Econômico decidir as estratégias de comunicação e estabelecer relações com setores da sociedade para promover diálogos

construtivos e transformadores, de modo a cumprir a função de extensão e interação entre universidade e ambiente externo, cumprindo com as diretrizes e dos princípios da Resolução N°7/2018 (MEC, 2018).

6 CONCLUSÃO

O projeto Observatório Econômico: explicando a economia existe há mais de 16 anos dentro do PROGEB. Suas atividades permitiram maior integração nos grupos internos, para além de ser o elemento de extensão, integrou ainda mais com os elementos de ensino e pesquisa. O atual modelo do Observatório é resultado das experiências práticas, tanto de acertos quanto de erros, construídas coletivamente no decorrer dos anos no âmbito do PROGEB.

O presente artigo buscou apresentar os elementos teóricos empregues no Observatório Econômico, como a teoria dos ciclos econômicos e elementos básicos comunicação da análise de conteúdo, além sistematizar a prática conforme os as etapas da análise de conteúdo. As etapas que vão da teoria à prática do Observatório buscam a integração às demais partes do PROGEB e reforçam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assim como a necessidade da comunicação e interação entre academia e sociedade.

A extensão, assim como a universidade, tem função oriunda de debate e disputa de projeto político. Além de buscar o desenvolvimento de senso crítico, atuação prática e desenvolvimento de competências dos acadêmicos envolvidos, a extensão deve superar os obstáculos do diálogo entre universidade e meio social. As atividades teórico práticas do PROGEB buscam repensar tantos entraves formais, como o economês, quanto o modo de integração da práxis com o público externo.

Com a obrigatoriedade da extensão no currículo da graduação (Ministério da Educação, 2018), a análise de fenômenos políticos econômicos da sociedade via Observatório mostra-se uma alternativa de atuação pela extensão para cursos de ciências sociais. Além do reforço do tripé universitário, as atividades do PROGEB, em especial do Observatório, resgatam a teoria marxista tão negligenciada pela área de relações internacionais, utilizando um foco pouco abordado nas RI, a teoria dos ciclos de reprodução do capital, demonstra a viabilidade nas RI não só em sentido teórico como prático.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Carneiro de. **A teoria marxista das crises cíclicas de superprodução: desenvolvimento e aplicação para o caso brasileiro**. 2016. 250 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/44136>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima; ALMEIDA JUNIOR, Antonio Carneiro de; DANTAS, Eric Gil; LIMA, Roberta Pereira de; SILVA, Christiano André Souto. GPI- Grupo de Produção Informática: uma ligação entre a comunidade acadêmica e a sociedade. **Anais do Encontro Unificado de Ensino, Pesquisa e Extensão: XIV Encontro de Extensão e XV Encontro de Iniciação à Docência**, João Pessoa, ano XIV, 14. ed. p. 1-6, 2013. XIV Encontro Enex, A construção do conhecimento no cotidiano acadêmico: Práticas e Reflexões, 2013, João Pessoa.
- ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima; ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Carneiro de. A primeira crise endógena brasileira e o movimento cíclico da economia mundial. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 40, n. 82, p. 1-36, 2022. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2176-5456.97242>.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução Nº 7, de 18 de Dezembro de 2018**: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na M. 243. ed. Brasília: Diário Oficial da União, 19 dez. 2018.
- BUGIATO, Caio. Apresentação. In: BUGIATO, Caio (org.). **Marxismo e Relações**. Goiânia: Phillos Academy, 2021. p. 9-17.
- BUGIATO, Caio. Introdução: encontros entre o marxismo e as relações internacionais. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 4-8, 23 maio 2023. Quadrimestral. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.1809-6182.2021v18n3p4-8>.
- BUGIATO, Caio; FORLINI, Luana; FERREIRA, Mariana Davi; MELLO, Rafael Alexandre. Marxismo e produção de conhecimento em relações internacionais: introdução. **Cadernos Cemarx**, Campinas, v. 16, p. 1-8, 21 mar. 2022. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/cemarx.v16i00.17488>.
- CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**: Revista Eletrônica de Administração da UFLA, Lavras, v. 5, n. 1, p. 1-15, abr. 2003. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251>. Acesso em: 05 mar. 2025.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Economia política: ciência e crítica. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, v., n. 59, p. 155-174, Mai 2021. Bimestral. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/720>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Debate: Trabalho, Educação e Saúde**, Niterói, n. 1, ed. 11, p. 191-205, 2 abr. 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100011>.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Causa e formas de manifestação da crise**: uma interpretação do debate marxista. Orientador: Nelson Rosas Ribeiro. 1996. Dissertação (Mestre em Economia) - Universidade Federal do Fluminense, Niterói, 1996. Disponível em: <https://uff.academia.edu/MarceloDiasCarcanholo>. Acesso em: 14 mar. 2025.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. PESQUISA QUALITATIVA: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 4, n. 15, p. 679-684, 13 out. 2006. Trimestral.

CAVALCANTE, Clauber Araújo; CASSIANO, Luan da Anunciação; MARINHO, Jonas Cavalcante; RIBEIRO, Nelson Rosas; SILVA, Jéssica Natasha Mendonça da. O GAC (Grupo de Análise de Conjuntura): elemento de interação entre ensino, pesquisa e extensão. **Anais do Encontro Unificado de Ensino, Pesquisa e Extensão**: XIV Encontro de Extensão e XV Encontro de Iniciação à Docência, João Pessoa, ano XIV, 14. ed. p. 1-8, 2013. XIV Encontro Enex, A construção do conhecimento no cotidiano acadêmico: Práticas e Reflexões, 2013, João Pessoa.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 45, ed. 1, p. 1-20, 2002. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623690670>.

ENCONTRO UNIFICADO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO, 14., 2013, João Pessoa. A construção do conhecimento no cotidiano acadêmico: prática e reflexões: XIV Encontro de Extensão (ENEX). João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. Disponível em: <http://www.prac.UFPB.br/enex/resumos.php?valor1=PROBEX&valor2=1>. Acesso em: 13 mar. 2025.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Burgueses e proletários. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 44.

FERNANDES, Luis. Marx e a formação do sistema internacional moderno. In: BUGIATO, Caio (org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Phillos Academy, 2021. p. 18-32.

FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias Seibel. Introdução. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). **Padrão de Reprodução do Capital**: contribuições da teoria marxista de dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. local. 2-10.

FERREIRA, Mariana Davi; MELLO, Rafael Alexandre. Diálogos entre marxismo e a área acadêmica de relações internacionais no Brasil: entrevista com Luis Manuel Rebelo Fernandes. **Cadernos Cemarx**, Campinas, v. 16, p. 1-19, 21 dez. 2022. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/cemarx.v16i00.17485>.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. Marx e Engels como estudiosos das relações internacionais no século XIX. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 25, n. 46, p. 131-141, 30 maio 2018. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP. <http://dx.doi.org/10.53000/cma.v25i46.191>.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Coleção Extensão Universitária. 1999

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FORPROEX. I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. UNB, Brasília, 1987. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

GATTI, José Paulo. **Extensão Universitária no Brasil: a experiência formativa na área de educação da UFSCAR**. Orientador: Luiz Roberto Gomes. 2019. Tese (Tese em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/2954fb1d-820e-4297-b547-4d64b8bdbbcc>. Acesso em: 19 mar. 2025.

GILPIN, Robert. Três ideologias da economia política. In: GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 72.

GONÇALVES, Williams; MONTEIRO, Leonardo Valente. O monopólio das teorias anglo-saxãs no estudo das relações internacionais. **Século XXI: Revista de Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 6, p. 53-70, mar. 2015. Trimestral. Disponível em: <https://sumario-periodicos.espm.br/xxi/article/view/107>. Acesso em: 15 mar. 2025.

HOFFMANN, Stanley. Una ciencia social norteamericana: relaciones internacionales. In: HOFFMANN, Stanley. **Jano y Minerva: ensayos sobre la guerra y la paz**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991. p. 17-37.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegando, 2011. 271 p. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2025.

MANDEL, Ernest. *La crise, 1974-1978*. Paris: Flammarion, 1978.

MARX, Karl. **O Capital** - Crítica da Economia Política Livro I - O processo de acumulação do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1890 s.d. Tradução de Reginaldo Sant'Anna

MARX, Karl. **O Capital** - Crítica da Economia Política Livro II - O processo de circulação do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1893 s.d. Tradução de Reginaldo Sant'Anna.

MARX, Karl. **O Capital** - Crítica da Economia Política Livro III - O processo global da produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1894, s.d. Tradução de Reginaldo Sant'Anna.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia** - História crítica do pensamento econômico. Livro IV de O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Tradução de Reginaldo Sant'Anna.12:16

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Popular**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

MENDES, Pedro Emanuel. THE BIRTH OF INTERNATIONAL RELATIONS AS A SOCIAL SCIENCE: a compared analysis of the anglo american world and continental europe. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 21-53, 14 mar. 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.89031>.

MENDONÇA, António A. **A crise económica capitalista e a sua forma contemporânea**. Orientador: Suzanne de Brunhoff. 1987. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1987.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasil: Diário Oficial da União, p. 49, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 13 mar. 2025.

MOSCA, Aquiles. Esqueça o 'economês' ou perca o cliente para o cunhado dele: Apenas 27% das pessoas recorrem a um gerente ou assessor de investimentos no momento de decidir onde aplicar; os outros 73% buscam amigos, parentes, sites e influenciadores digitais. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, p. 10, 3 ago. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/coluna/esqueca-o-economies-ou-perca-o-cliente-para-o-cunhado-dele.ghtml>. Acesso em: 18 mar. 2025.

OSORIO, Jaime. **Padrão de Reprodução do Capital**: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista de dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. Cap. 2. local. 23-55.

OSÓRIO, Luiz Felipe. Breves anotações sobre Imperialismo, Estado e Relações Internacionais. In: BUGIATO, Caio (org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Phillos Academy, 2021. p. 71-100.

POLITZER, Georges. **Curso de Filosofia: Princípios Fundamentais**. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1954. p.283.

PROJETO GLOBALIZAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA. O Laboratório de Economia Política? LEP. In: **O PROGEB**. João Pessoa, 2008a. Disponível em: <https://progeb.blogspot.com/p/o-progeb-projeto-de-globalizacao-e.html>. Acesso em: 16 mar. 2025.

PROJETO GLOBALIZAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA. SP ? Seminário Permanente. In: **O PROGEB**. João Pessoa, 2008b. Disponível em: <https://progeb.blogspot.com/p/o-progeb-projeto-de-globalizacao-e.html>. Acesso em: 14 mar. 2025.

RAMALHO, Rosângela Palhano. Observatório Econômico: explicando a Economia. In: **Ação de Extensão**. João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/extensao/visualizacaoAcaoExtensao/11885>. Acesso em: 15 mar. 2025.

RAMALHO, Rosângela Palhano; RIBEIRO, Nelson Rosas; SENA, Raphael Correia Lima Alves de; SILVA, Tarcisio Bruno de Oliveira e; SILVA, Ana Aparecida da. Observatório Econômico: explicando a economia, cinco de extensão. **Anais do Encontro Unificado de Ensino, Pesquisa e Extensão: XIV Encontro de Extensão e XV Encontro de Iniciação à Docência**, João Pessoa, ano XIV, 14. ed. p. 7, 2013. XIV Encontro Enex, A construção do conhecimento no cotidiano acadêmico: Práticas e Reflexões, 2013, João Pessoa.

RIBEIRO, Nelson Rosas. **A acumulação do capital no Brasil: expansão e crise**. 1988. 668 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1988.

RIBEIRO, Nelson Rosas. A crise atual: acidente ou necessidade?. In: RIBEIRO, Elivan Rosas (org.). **Globalização, competitividade e crise**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2002a. Cap. 1. p. 1-10.

RIBEIRO, Nelson Rosas. A crise de superprodução: lei econômica do capitalismo. In: RIBEIRO, Nelson Rosas. **A Crise Econômica: uma visão marxista**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2008. Cap. 5. p. 107-145.

RIBEIRO, Nelson Rosas. A crise econômica: conteúdo e formas de manifestação. In: RIBEIRO, Elivan Rosas (org.). **Globalização, competitividade e crise**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2002b. Cap. 2. p. 15-30.

RIBEIRO, Nelson Rosas. **A crise econômica: uma visão marxista**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

RIBEIRO, Nelson Rosas. Da crise às flutuações: ciência ou ideologia?. In: RIBEIRO, Elivan Rosas (org.). **Globalização, competitividade e crise**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2002c. Cap. 3. p. 31-62.

RIBEIRO, Nelson Rosas; MENDONÇA, Antonio. A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista. **Revista de Economia Política**, Portugal, v. 6, n. 4, p. 50-70, mar. 1986.

SÁ, Miguel Borba de. A presença oculta do marxismo na Teoria de Relações Internacionais: Rosa Luxemburgo e o primeiro ‘grande debate’. **Estudos Internacionais: Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 5-21, 29 maio 2018. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.2317-773x.2017v5n3p5>

SCHUTTE, Giorgio Romano. A contribuição de Kees van der Pijl à Economia Política Mundial. **Oikos: Revista de Economia Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 6-21, mar. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/52001>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, Rosângela Palhano da. **O movimento cíclico da economia brasileira e a indústria de bens de capital: 1980-2000**. Orientador: Nelson Rosas Ribeiro. 2002. Dissertação (Mestre em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. **Resolução nº 01/2007, de 29 de março de 2007**. Dispõe sobre a criação da modalidade Bacharelado do Curso de Graduação em Educação Física. Uberlândia: Conselho Universitário, 2007. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/consultaAtaResolucao.php?tipoDocumento=resolucao&conselho= TODOS&anoInicioBusca=2007&anoFimBusca=2007&entrada=&pag=1>. Acesso em: 20 set. 2007.

VIGEVANI, Tullo; MARTINS, Aline Regina Alves; MIKLOS, Manoela; RODRIGUES, Priscila. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 83, p. 111-143, 23 mar. 2011. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452011000200005>.